

RUA DOS CONDES BARÕES DE ALVITO

O baronato de Alvito, o primeiro desse título a ser criado em Portugal, foi outorgado em 27 de Abril de 1475, "*de Juro e Herdade para todo o sempre, sem carecer de mais licença régia*", por D. Afonso V a João Fernandes da Silveira, seu chanceler-mor, escrivão da Puridade e Vedor da Fazenda. Este João Fernandes, filho do Dr. Fernando Afonso e de sua mulher D. Catarina Teixeira, camareira-mor da Infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha, adquiriu o apelido de Lobo através do casamento com D. Maria de Sousa Lobo, filha e herdeira de Diogo Lopes Lobo. Até ao último barão, D. José Lobo da Silveira Quaresma (1826-1917), sucederam-se 15 titulares, alguns dos quais com acção de vulto na nossa história pátria. Tal foi o caso do 5º barão, D. Rodrigo Lobo da Silveira, homem prático e clarividente que procurou opor-se à teimosia do rei D. Sebastião em empreender a viagem a África, considerando a empresa uma loucura suicidária. Não tendo conseguido demover o rei acabou por o acompanhar na fatídica aventura, tendo perecido a seu lado no campo de batalha de Alcácer-Quibir.

O pequeno concelho de Aguiar, cujo território tinha pertencido ao imenso "alfoz" (ou área de jurisdição) da "kwra" islâmica de Yabura, a actual Évora, conheceu o seu primeiro foral em 1287, concedido pelo Rei-Lavrador. Cerca de duzentos anos mais tarde foi doado por D. Afonso V, em conjunto com as terras de Oriola, a Diogo Lopes Lobo, doação que valeu apenas por três vidas - isto é, para o próprio, para o seu filho e para o seu neto -, conforme consta na folha 47 do *Livro 4º de Odiana*.

A povoação acabou por ser incorporada, mais tarde, na casa dos condes-barões de Alvito, os quais, obtida que foi a necessária licença do Rei Filipe II, a coutaram parcialmente. A sua paróquia integrou, durante um breve período de tempo, a diocese de Beja, logo após a criação desta em 10 de Julho de 1770, mas logo regressou à de Évora pelo alvará de 25 de Setembro de 1773. A administração pública estava subordinada ao "alfoz" de Alvito, com seus juízes ordinários e vereadores, mas a alcaidaria pertencia à Provedoria de Évora, situação que se manteve até à extinção dos vínculos, já em pleno século XIX. Muito diminuído de população, o concelho acabou por ser extinto e o seu território anexado ao de Viana do Alentejo, em 1836, na sequência das profundas reformas administrativas realizadas por Mouzinho da Silveira.

Bibliografia:

"Alvito", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. I., Lisboa, Página Editora, 1998.

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico do Distrito de Évora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, p.p. 470.

SILVA, Joaquim Palminha da, *Alvito...há cem anos. Memórias e Retratos*, Alvito, edição da Câmara Municipal de Alvito, 2000.

RUA D. MARIA DE SOUSA LOBO

Foi filha legítima e herdeira de Diogo Lopes Lobo, senhor de Alvito e de sua mulher, D. Isabel de Sousa, filha de D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo. Casou com o Dr. João Fernandes da Silveira, primeiro barão de Alvito; este tinha sido anteriormente casado com D. Violante Pereira Mendes, filha e herdeira de Joanes Mendes da Aguada, corregedor da Corte, casamento esse de que não resultaram filhos.

A vila de Aguiar constituiu parte do dote com que D. Maria de Sousa Lobo foi provida, pelo seu pai, para o seu casamento com João Fernandes, facto que esteve na origem da entrada da povoação e do seu território na casa do primeiro barão de Alvito.

D. Maria de Sousa Lobo faleceu em 1484. Alguns anos antes, em 1481, o seu marido tinha instituído, para si e para a sua mulher, uma capela tumulária na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, em Alvito. O Dr. João Fernandes da Silveira faleceu em 1488.

Bibliografia:

"Alvito", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. I., Lisboa, Página Editora, 1998.

SILVA, Joaquim Palminha da, *Alvito...há cem anos. Memórias e Retratos*, Alvito, edição da Câmara Municipal de Alvito, 2000.

RUA DA ANTA

Evoca a presença daquele que é o maior monumento megalítico conhecido de toda a área do concelho de Viana do Alentejo, a “Anta do Zambujeiro” ou “Anta de Aguiar”. Reminiscência de um passado várias vezes milenar, este monumento funerário está associado à muito provável vizinhança, no chamado “Cabeço de Aguiar”, de um pequeno povoado, antepassado remoto da actual vila de Aguiar, que se atribui ao período proto-histórico designado por “idade do ferro”.

Construída em granito da região, da Anta do Zambujeiro restam ainda sete esteios (as pedras compridas que formavam a câmara principal), um dos quais tombado para dentro da própria câmara (esteio de cabeceira), um quebrado e os restantes ainda em pé. São ainda visíveis, atrás da câmara, alguns fragmentos do seu “chapéu”, uma pedra de grandes dimensões que cobria toda a câmara principal. Alguns muros das vizinhanças parecem ter sido construídos com a reutilização das pedras miúdas que, em tempos idos, terão constituído a “mamoá” que envolvia todo o conjunto.

Bibliografia:

GALAMBA, Ulrico, *O Património Arqueológico do Concelho de Viana do Alentejo: estado do conhecimento*, Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Évora, Évora, texto policopiado, 2012.

MONTEIRO, Florival Baioa, “Anta de Aguiar”, in *Viana do Alentejo – Boletim Municipal*, nº 67, Julho de 2010.

RUA DA ESTRADA ROMANA

Recorda a passagem da via romana que ligava as “civitates” de *Pax Júlia*, a actual Beja, e *Ebora Liberalitas Júlia*, a nossa Évora. Alguns autores identificam essa via como de valência apenas militar, sem no entanto apresentarem argumentos que validem essa hipótese. Não restam, contudo, quaisquer dúvidas quanto à sua real existência. Embora não conste no "*Itinerário de Antonino Pio*" - uma espécie de mapa das estradas do Império Romano, produzido do início do século III da nossa Era -, são muito fortes os indícios arqueológicos que testemunham a sua existência e utilização durante cerca de milénio e meio. As primeiras referências à sua existência provêm do próprio André de Resende, que teria observado um ou mais dos seus marcos miliários aquando da sua passagem por Aguiar, nos meados do século XVI, na qualidade de padre titular da sua paróquia. Os “miliários” são malhões em pedra da região, neste caso granitos, normalmente com mais de 1,5 metros de altura, que se distribuíam ao longo das antigas vias e que indicavam as milhas romanas (cerca de 1.400 metros), percorridas ou a percorrer, algo semelhante aos marcos quilométricos que ladeiam as nossas actuais estradas. Apresentavam frequentemente inscrições em números romanos.

Vinda do norte, de Ebora, num percurso em grande parte encostado às margens da ribeira do Xarrama, a estrada romana entrava no território da actual freguesia de Aguiar pela zona do Aguilhão, pequena linha de água subsidiária daquela outra, local onde foi identificado, pelo arqueólogo Mario Saa, um dos já referidos marcos miliários. Correndo para sul atravessava Aguiar, o que faz pensar que na origem desta povoação poderá ter estado um pequeno aglomerado habitacional, junto à estrada, um local de paragem onde aliviavam a sede e se alimentavam viajantes e montadas. Guardado em casa particular da vila está o que resta de um outro marco miliário, identificado por Francisco Bilou e que, durante anos, serviu de assento no Largo 1º de Maio.

De Aguiar, para sul, a estrada dirigia-se à Angerinha, herdade onde foi recentemente descoberta e escavada uma antiga mina de cobre aberta no período calcolítico, indiciando continuada exploração até ao período islâmico. Daqui encaminhava-se para o povoado romano (ou "viccus") que seguramente existiu junto do Santuário de Nossa Senhora d’Aires, onde hoje ainda se pode observar aquele que é, talvez, o marco miliário melhor conservado de todo este percurso: um enorme monolito em granito, no

qual estão inscritos os caracteres XVIII, as 19 milhas (cerca de 26 quilómetros) que efectivamente separam o local do centro da antiga Évora romana.

Grande parte do percurso da antiga estrada romana, sobretudo no seu troço entre Aguiar e Évora (onde entrava através da Porta do Raimundo), teve continuada utilização durante toda a Idade Média, Moderna e início da contemporânea, sendo popularmente conhecida por "Estrada do Diabo".

Bibliografia:

CARNEIRO, André, *Itinerários Romanos do Alentejo*, Évora, edição da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2008.

BILOU, Francisco, *Sistema Viário Antigo na Região de Évora*, Évora, edição da Câmara Municipal de Évora, 2005.

HÜBNER, Emil, *Noticias Arqueológicas de Portugal*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1871.

SAA, Mário, *As Grandes Vias da Lusitânia: o Itinerário de Antonino Pio*, Lisboa, s.n., 1957.

RUA ANDRÉ DE RESENDE

Humanista português, natural de Évora, nasceu em data não determinada que se sabe rondar o ano de 1500. Faleceu na mesma cidade, no desaparecido Convento de S. Domingos, em 9 de Dezembro de 1573, congregação para onde tinha entrado com apenas dez anos de idade.

Figura maior da cultura e letras portuguesas, André de Resende frequentou, sucessivamente, as universidades de Alcalá de Henares, Salamanca e Lovaina. Apesar de frade dominicano, a sua sólida formação humanista fê-lo manter contactos com a nata da intelectualidade europeia da altura, entre a qual se contavam Erasmus de Roterdão e Damião de Góis. Depois da estadia em Lovaina permaneceu algum tempo em Bruxelas, acompanhando e prestando serviço ao embaixador português junto da corte imperial de Carlos V.

De volta a Portugal, a Évora, instalou-se na Quinta do Arcediago, mais tarde integrada na Herdade da Manizola. Preceptor dos infantes D. Duarte e D. Afonso, filhos de D. João III, André de Resende gozava da protecção e simpatia real. Levava André de Resende uma vida descansada, possivelmente passando muito pouco tempo no Convento, mas sempre vestindo o seu hábito de Dominicano de que gostava. Esta situação estava, contudo, para acabar. Em Abril de 1538, o Dominicano espanhol Jeronimo de Padilla foi nomeado Reformador da Província Dominicana Portuguesa e nessa qualidade chegou a Lisboa em Janeiro de 1539. Exigiu que André de Resende abandonasse a Ordem e passasse a padre secular. De nada serviu invocar a qualidade de preceptor dos Príncipes, nem as suas ligações à Corte. O Provincial foi inflexível e Resende teve de abandonar o hábito e a designação de Frei, que usava há mais de 30 anos, como diz no seu testamento, o que aponta para 1540¹.

Terá sido por essa mesma altura que Garcia de Resende, agora clérigo secular, exerceu o cargo de pároco da pequena comunidade e concelho de Aguiar. O povoado tinha então, segundo o “numeramento” de 1527 mandado fazer por D. João III, menos de duzentas almas. Embora existisse na terra uma casa paroquial, Resende continuava a

¹ In <http://www.arlindo-correia.com/100511.html>, acedido em 18 de Outubro de 2012, às 10:50 horas.

residir em Évora, deslocando-se a Aguiar todos os domingos e vésperas de feriado para ali rezar missa.

André de Resende é considerado o “avô” da moderna arqueologia portuguesa, tendo-se dedicado, sobretudo, ao estudo da epigrafia romana, isto é, à leitura e interpretação dos diversos letreiros inscritos na pedra que nos chegaram daquela época, a maioria dos quais de natureza funerária. Em Aguiar teria recolhido uma dessas inscrições, que levou para Évora mas que mais tarde, infelizmente, se perdeu. O conhecimento que dela temos chegou-nos através do erudito alemão Emil Hübner, que lhe faz breve alusão nas suas *Notícias Arqueológicas de Portugal*, editado em 1871. Terá sido também Resende o primeiro a identificar e estudar a estrada romana que atravessava o território e povoação de Aguiar.

Bibliografia:

CARDOSO, Padre Luís, *Dicionário Geographico*, Tomo I, Lisboa, 1747.

HÜBNER, Emil, *Noticias Arqueológicas de Portugal*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1871.

RESENDE, André, *As Antiguidades da Lusitânia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

<http://www.arlindo-correia.com/100511.html>, acedido em 18 de Outubro de 2012, às 10:50 horas.

RUA PEDRAS DO LAGAR

A base da dieta que ainda hoje é seguida nos países meridionais europeus, baseada no trigo, no vinho e no azeite, foi introduzida na Península Ibérica há mais de dois mil anos pelos colonizadores romanos, tendo sido rapidamente adoptada pelos povos autóctones.

De fundação provavelmente romana, pequeno aglomerado de casas à beira da via principal que unia as "civitates" de Paz Julia (Beja) e Eborá Liberalita Julia (Évora), Aguiar e os seus moradores, como todos os do Sul de Portugal, aderiram a esse padrão alimentar, pelo que proliferaram no seu território os chamados "campos de pão", os olivais e as vinhas. Como a economia antiga obrigava, pela dificuldade dos transportes, a uma quase total auto-suficiência dos povos no que respeitava à sua alimentação, todos os aglomerados populacionais eram dotados de moinhos para produção de farinhas e de lagares para fabrico de vinho e de azeite.

Se, por um lado, hoje apenas perdura uma difusa memória entre os aguiarenses mais velhos no que respeita à existência de lagares e moinhos na sua terra, certo é terem existido, constando de alguma documentação do Arquivo Histórico da Câmara de Viana do Alentejo. Em 1907, depois de insistentemente solicitada pelo povo de Aguiar, o Município acabou dividir em quatro tratos de terreno o então designado Rocio do Lagar, que se situava frente á residência paroquial: foram compradores dos lotes José da Conceição Moncacha, Joaquim António Madureira, António d' Oliveira (durante muitos anos regedor do povoado) e Mathias José.

Bibliografia:

Actas de Vereação da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, 1907.

RUA DO ZAMBUJEIRO

O zambujeiro (*Olea europaea var sylvestris*) é uma oliveira brava que faz parte do coberto vegetal original da Península Ibérica. Os romanos, ao aqui chegarem no século III a.C., usaram-nos para enxerto de oliveira mansa, para produção de azeite. Muitos dos olivais antigos que se distribuem pelo território da freguesia de Aguiar foram plantados usando essa técnica.

A Rua do Zambujeiro remete para a vizinhança do "Monte do Zambujeiro", topónimo muito comum no Sul de Portugal, e do caminho que lhe dá acesso.

RUA MARIANA MECHA

Senhora de grande humanidade e prestígio na vila, sempre disponível na ajuda ao próximo e pronta a contribuir para aliviar as difíceis condições de vida do povo nos anos que antecederam a Revolução de Abril, Mariana Mecha era natural de Aguiar, onde nasceu por volta de 19XX. Num tempo em que as populações rurais não tinham praticamente acesso aos cuidados de saúde mais elementares, Mariana Mecha distinguiu-se como a parteira da freguesia, pessoa de confiança e boas práticas em cujas mãos as parturientes sabiam que iriam ter "uma boa hora". Sinal singelo de retribuição popular, era comumente conhecida por "madrinha Mecha". Faleceu em 19XX.

Ao atribuir o seu nome a um dos novos arruamentos da Vila pretende a população de Aguiar prestar-lhe uma pequena, mas sentida, homenagem, reconhecimento público de uma vida que foi vivida em prol da sua comunidade.

RUA D. DINIS

Sexto rei de Portugal, filho de D. Afonso III, seguiu as pisadas de seu pai na política de reordenamento e repovoamento dos territórios do Sul de Portugal, num momento em que, com a posse definitiva dos Algarves, tinha terminado o processo de reconquista aos islamitas.

Yabura (Évora) era, até à sua tomada por Geraldo “Sem Pavor”, o centro de um enorme território (“alfoz”) sobre o qual exercia a sua jurisdição e que se estendia, para norte, até perto de Coruche e, para sul, até ao Ribeiro de Odivelas. A partir de meados do século XIII assistiu-se ao seu retalho em unidades mais pequenas, os concelhos, dotados de bastante autonomia político-administrativa, consignada num documento fundamental, uma espécie de “constituição local”, o foral. Na região, Portel recebeu o seu primeiro foral das mãos de D. Afonso III, em 1261; Alvito e Vila Nova de Alvito em 1280, passado já por D. Dinis; do mesmo rei, em 1282, recebeu Oriola o seu foral; e Alcáçovas em 1258, passado pelo bispo D. Martinho de Évora.

Se bem que alguns autores indiquem a data de 1269 como a do primeiro foral de Aguiar (passado, portanto, ao tempo d’el rei D. Afonso III) e que teria, como seus outorgantes, Estêvão Rodrigues e D. Marinha Martins, parece contudo que tal documento, a ter realmente existido, não se referiria propriamente a uma carta de foral, mas sim a uma “carta de povoamento”. Certo é que com D. Dinis, em 1287, teve Aguiar o seu foral. A este respeito oiçamos o Padre Luiz Cardoso, no seu *Diccionario Geographico*, de 1747:

“Esta situada [Aguiar] em agradável planície; e chamou-se em outro tempo Agar, como consta do foral, que lhe deu o Senhor Rey D. Diniz, que depois reformou o Senhor Rey D. Manoel em Lisboa a 20 de Novembro de 1516. Consta a Villa dentro em si de cento e quarenta moradores: he abundante de paõ, gado e caça; e o que se colhe em mayor abundância, he centeyo. He seu Donatario o Conde Barão de Alvito (...) Tem seu Termo próprio, que termina para o Sul em hum ribeiro chamado o Alparcacá (...) A Igreja Paroquial fica dentro do Povo em hum rocio por onde corre a estrada Real desta Provincia do Alentejo.”

Bibliografia:

BEIRANTE, Maria Ângela, *Évora na Idade Média*, Tese de Doutoramento em História na Universidade Nova de Lisboa, Texto policopiado, 1988.

CARDOSO, padre Luiz, *Diccionario Geographico*, Tomo I, Lisboa, s.n., 1747.

RUA ÁLVARO CUNHAL – Político, Escritor e Pintor

Álvaro Cunhal nasceu em Coimbra a 10 de Novembro de 1913, tendo falecido em Lisboa a 13 de Junho de 2005. Filho de Avelino Cunhal, advogado, escritor e homem de convicções liberais e republicanas, aderiu em 1931, com apenas 17 anos de idade, ao Partido Comunista Português, partido do qual virá a ser Secretário-geral em 1961, sucedendo a Bento de Jesus Gonçalves. A clandestinidade e a luta contra o Estado Novo valeram-lhe um total de 13 anos de prisão e sucessivos anos de exílio.

Após o 25 de Abril de 1974 regressou a Portugal, tendo integrado, como ministro sem pasta, os quatro primeiros governos provisórios. A Reforma Agrária, uma das principais bandeiras do PCP, teve em Álvaro Cunhal o mentor e grande impulsionador, ao defender a entrega da terra a quem verdadeiramente as trabalhava.

A partir de 1975 surgiram as UCP's (Unidades Colectivas de Produção), que se organizaram sob a forma de cooperativas e que vieram a alterar radicalmente a forma de viver das empobrecidas populações rurais do Sul do País.

Aguiar teve também a sua UCP, conhecendo, a partir de 1975 e por via da sua acção (mas também pela acção do então recente Poder Local), uma das maiores alterações da sua história, vivendo uma situação de pleno emprego e de crescimento da povoação, com novas urbanizações, novas infra-estruturas e a recuperação do perdido estatuto de freguesia.

A atribuição do nome de Álvaro Cunhal a uma das ruas da Vila significa não só a homenagem ao homem multifacetado que ele foi, escritor, pintor e político, mas também e sobretudo ao mentor de um processo de transformação agrária que, ainda que não completamente cumprido, produziu profundas e perduráveis melhorias no viver das populações do sul de Portugal.

Bibliografia:

CUNHA, Adelino, *Álvaro Cunhal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81lvaro_Cunhal, acedido em 01.11.2012, às 0:15 horas.